

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA**

**RATIFICO** a presente JUSTIFICATIVA

Publique-se, providencie-se o contrato.  
Cristinápolis/SE, 14 de dezembro de 2023

  
**Adelmo Gonçalves Dias dos Santos**  
Presidente da Câmara

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS, ESTADO DE SERGIPE, instituída nos termos da Portaria nº 01 de janeiro de 2023 recebeu solicitação, o pedido, autorizado por seu Presidente, para a contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de veiculação on line, em HD (high definition), das sessões legislativas e sessões licitatórias, com transmissão ao vivo, para elaboração do Processo Administrativo pertinente a manifestação quanto à possibilidade da referida contratação.

A Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 01 de 03/01/2023 manifesta-se acerca da solicitação pleiteada, fundamentando a contratação em **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, art. 24, II da Lei de Licitações nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Em observância as determinações constantes a Lei 8.666/93 passamos a **JUSTIFICAR** a contratação em análise:

**I - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - ADEQUAÇÃO AO ART. 24, II, DA LEI 8.666/93:**

A Regra Geral para celebração dos Contratos Administrativos é a realização prévia de Processo de Licitação Pública. Excepcionando a regra geral, o nosso ordenamento jurídico



dispõe a possibilidade de celebração do contrato sem a realização de Processo de Licitação, são os casos de dispensa e inexigibilidade.

**CONSIDERANDO**, que na Administração Pública em regra todos os contratos sejam precedidos de processos licitatórios, no entanto, a Lei nº 8.666/93, em seu art. 24, inciso II, trata da dispensa de licitação para compras e serviços de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do art. 23, do mesmo Diploma Legal, sendo este valor equivalente a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

**CONSIDERANDO**, que de acordo com a pesquisa de preços no mercado constatou-se que a média de preços apurada está dentro do limite previsto no art. 24, inciso II, da lei de licitações e suas posteriores alterações, sem a premente necessidade de proceder à abertura de processo administrativo de licitação, uma vez que o valor orçado, não ultrapassou o valor estabelecidos no art. 23 e seus dispositivos, ou seja, R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

**CONSIDERANDO**, que a contratação direta não pressupõe a inobservância dos princípios administrativos, nem, tampouco, caracteriza uma livre atuação da administração. Quando em verdade há um procedimento administrativo de Dispensa de Licitação que antecede a contratação, possibilitando também tratamento igualitário a todos quando da realização da pesquisa de preço no mercado através de orçamentos, conforme fora realizado previamente pela Câmara Municipal de Vereadores de Cristinápolis.

**CONSIDERANDO**, que conforme dito anteriormente a Câmara Municipal de Vereadores de Cristinápolis/SE teve o cuidado de pesquisar os preços no mercado com empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, identificando as características necessárias e importantes para a composição dos preços.

**CONSIDERANDO** que, em relação ao objeto em questão, a inviabilidade da licitação decorre não em razão da falta de competitividade entre os possíveis interessados, mais se torna a licitação neste caso inconveniente aos objetivos da administração quando colocado à tona a equação custo-benefício, verificou-se que a licitação traria maiores custos à Administração do que benefícios, além do que, está aparentemente demonstrado no processo à pequenez do valor estimado para a contratação.

**CONSIDERANDO**, que de acordo com o levantamento de preços realizados, constatou-se que a 35.947.114 VICTOR SANTOS FONTES cotou o menor preço para a prestação dos serviços, baseado no que prescreve o Art. 24, Inciso II, da lei nº 8.666/93, com a referida empresa, por um período de 12 (doze) meses.

**CONSIDERANDO**, que a realização do serviço viabiliza a possibilidade de competição, uma vez que após análises orçamentárias, foi escolhida aquela cujo amparo legal esteja disposto no art. 24, II, bem como o menor valor que é de interesse público. Vejamos o disposto no artigo 24 inciso II:

“Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98)”.

Observa-se que a Administração Pública estabelece seu valor de dispensa de licitação com base no limite estabelecido pelo artigo 23, II, “a” da mesma lei federal acima mencionada, que dispõe:

“Art. 23 As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)

Vislumramos que a contratação em vitrine preenche os requisitos do Art. 24, inciso II, acima referido, já que não ultrapassa o limite estipulado para esta contratação e ainda não se refere a parcela de um mesmo serviço ou compra que possa ser realizado de uma vez só.

## **II - SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:**

A Prestação de serviços de veiculação on line, em HD (high definition), das sessões da Câmara, sessões das Comissões, reuniões de licitação, com transmissão ao vivo, bem como adequação a legislação vigente de transparência dos atos públicos.



### III - DO VALOR:

A Prestação de serviços de veiculação on line, em HD (high definition), das sessões ordinárias da Câmara, com transmissão ao vivo será pelo período de 12( doze) meses, apresentando o valor global de R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais), desdobrados em parcelas iguais mensais de R\$ 1.450,00 (mil, quatrocentos e cinquenta reais)

)

Tendo em vista ainda, a compatibilidade do valor ora mencionado com o praticado no mercado, constata-se que o valor é compatível, conforme comprovação anexa.

### IV - DA CONCLUSÃO

Desta forma, entendemos justificadas as exigências contidas nos dispositivos legais acima referidos, no que tange a contratação direta da Prestação de serviços de veiculação on line, em HD (high definition), das sessões ordinárias Câmara, com transmissão ao vivo, por **Dispensa de Licitação** e submetemos à Assessoria Jurídica para que se manifeste juridicamente a respeito da possibilidade desta contratação nos termos acima sugeridos e analise os termos da minuta do Contrato a ser firmado.

Cristinápolis/SE, 14 de dezembro de 2023

  
Francisco José Silva de Mesquita

Presidente da CPL

  
André Fontes Guimarães  
Secretário da C.P.L.

  
Kethilé Sayane dos Santos de Oliveira  
Membro da CPL

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2023**

**ÓRGÃO CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS- ESTADO DE SERGIPE

**EMPRESA CONTRATADA:** 35.947.114 VICTOR SANTOS FONTES

**OBJETO:** Prestação de serviços de veiculação on line, em HD (high definition), das sessões legislativas e licitatórias da Câmara Municipal com transmissão ao vivo

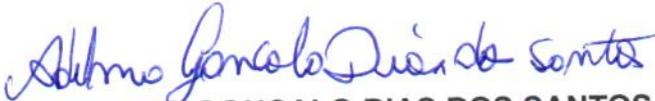
**VALOR GLOBAL:** R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais).

**CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- UO: 01001 - Câmara Municipal de Cristinápolis
- Classificação Econômica: 3390.39.00.00 – Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica
- Serviços de áudio, vídeo e foto: 33903944

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 24, inciso II, da lei federal nº 8.666/93.

Cristinápolis (SE), 14 de dezembro de 2023

  
**ADELMO GONÇALO DIAS DOS SANTOS**  
Presidente da Câmara